



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, Política e Cidadania [AT]

ESPAÇO URBANO, SUAS MUDANÇAS, SEUS ARRANJOS E SEUS CONFLITOS

ARAÚJO, Ana Cristina dos Santos

Universidade Federal Fluminense, kika.araujo66@gmail.com

Resumo

Tendo em vista os estudos sobre a sociologia urbana feitos no Brasil e sua produção acadêmica, esse trabalho busca uma análise do processo de urbanização do Brasil, suas dinâmicas associadas ao “papel” desempenhado pelo Brasil na dinâmica produtiva mundial e mais recentemente, a partir da década de 50 com o amplo incentivo à industrialização, a formação de uma classe média urbana que dita através de suas necessidades a política urbana que os governos brasileiros (sejam eles nos níveis federal, estadual ou municipal) devem desenvolver.

Nessa perspectiva, a maioria das cidades brasileiras são estruturadas em cima da dinâmica da desigualdade espacial e social; tendo por isso, áreas guetificadas, estigmatizadas e áreas de grandes especulações imobiliárias.

Abstract

Given the studies on urban sociology made in Brazil and their academic production, this work seeks an analysis of Brazil's urbanization process, its dynamics associated with the "role" played by Brazil in the global productive dynamics and more recently from the 50s with ample incentive to industrialization, the formation of an urban middle class which determines (through his needs) urban policy that Brazilian governments (whether at the federal, state or local level) should develop.

In this perspective, most Brazilian cities are structured on the dynamics of spatial and social inequality; having ghettos and stigmatized areas with large real estate speculation.

Palavras-chave: urbanização; políticas neoliberais; crise econômica; desigualdades.

Keywords: urbanization; neoliberal policies; economic crisis; inequalities

[COM0422]

Desde a década de 1930 os governos brasileiros vêm “travando uma luta” para transformar o país de características rurais em país de características urbanas. Na década de 1950 houve no governo de Juscelino Kubitschek uma aceleração do crescimento das cidades com o seu “Plano de Metas”, que desenvolveria o Brasil 50 anos em 5 anos.

A partir desse período a “noção de desenvolvimento” foi a de atração de indústrias multinacionais (com uma série de isenções e benefícios) para gerar renda e empregos. Logo, a urbanização e/ou a metropolização do Brasil, desde o seu início, esteve ligado às dinâmicas econômico político mundial e ao papel do país nessa dinâmica. Desde o período colonial, as cidades surgidas possuíam o “papel” de armazenagem de excedentes dos ciclos de exploração pelos quais o país passou.

Para entendermos um pouco as bases da urbanização brasileira resgatarei nos textos “A Justiça Social e a Cidade”- David Harvey e o “Dos Cortiços aos Condomínios Fechados”- Luiz Cesar Ribeiro, algumas ideias que sistematizam a política e a dinâmica urbana brasileira:

- O Estado brasileiro, depois da década de 50, com sua política de substituição de importações, vê crescer uma classe social urbana ligada ao setor de serviços, a chamada “classe média”;
- Essa classe exerce pressão muita política e as ações políticas do Estado tende a atender suas necessidades;
- O mercado urbano é formado e se mantém para atender às demandas dessa classe;
- O mercado de terra urbana (seu preço) é estabelecido pelas disputas dos diversos agentes capitalistas que estão envolvidos

Dessas disputas o que veremos se constituir são áreas mais valorizadas que outras, áreas guetificadas e valorização futura de áreas que ainda não são “urbanas”.

Esses fragmentos de pensamento tiveram por objetivo mostrar que as metrópoles brasileiras são produtos da esfera do mercado onde a ausência do Estado de bem-estar social faz com que o capitalismo industrial concentrador crie um processo de exclusão e/ou vulnerabilidade daqueles desfilados do processo produtivo. A ordem urbana é resultado de um bloco de poder criado, mantido e legitimado na sua relação com o desenvolvimento do capitalismo. Acentua também que a “sagrada aliança”, nomenclatura dada à tríade Estado/industrialização/mercado (Ribeiro,2013), organizou a cidade para atender às necessidades das classes médias (que sempre foram o centro gravitacional da política urbana). Dentre as necessidades da classe média, e por isso, forma de valorização do espaço urbano, temos: investimento em equipamentos urbanos nas regiões onde se localizam, segurança, transporte individual, rede de água e esgoto e uma excelente rede de serviços perto, etc.

“...a suposição é que a precariedade do habitat urbano constituído em nossas grandes cidades, suas imensas desigualdades de acesso aos equipamentos e serviços coletivos, os enclaves urbanos onde moram os segmentos superiores da estrutura social, sua desmesurada expansão territorial, a desgovernança das ações públicas, as favelas e periferias pobres, ou seja, todos os traços marcantes das nossas grandes cidades, seja na sua dimensão ecológica-demográfica-econômica ou das características da sociedade urbana, resultam da ação das forças liberais-internacionalizantes que dirigiram a nossa constituição como semiperiferia da expansão da economia-mundo e que bloquearam o surgimento do segundo movimento previsto por K. Polanyi na expansão do capitalismo. Ou seja, um processo de autoproteção nacional e social diante dos efeitos desarticuladores do mercado autorregulado”. (Ribeiro, 1997, pp.09)

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil com a modernização, industrialização e urbanização, fundamentou-se no regime “familístico-mercantil” mantido por governos autoritários que permitiram e controlaram a incorporação das massas urbanas ao sistema político de crescimento econômico acelerado.

Por fim, a organização social e a incorporação da massa urbana ao espaço das metrópoles brasileiras se estruturaram pela ação simultânea de dois princípios de estruturação do espaço: mercado/preço e prestígio/status.

“Por um lado o fato de que a organização social do espaço da metrópole é organizada pela dinâmica resultante da busca pelas classes e grupos sociais adquirirem status social pela localização em espaços considerados prestigiosos que conferem honra a quem neles habita. Corresponderia ao que comumente designamos como 'bairros nobres'. Em oposição simétrica temos os espaços socialmente desvalorizados onde moram aqueles que estão na posição social correspondente ao que Jessé de Souza designou como 'ralé', que confere aos seus habitantes um 'baixo status', um 'status negativo' ou mesmo um estigma social no ordenamento sócio espacial das metrópoles. São as 'favelas', 'periferias', 'vilas', 'conjuntos', 'aglomerados subnormais' e outras tantas categorias de classificação mobilizadas pelo senso comum, pela mídia, pelos atores públicos e até mesmo pelo senso comum erudito para designar os territórios da 'ralé'. São espaços da escassez objetiva de bens e serviços coletivos, de regularidade e legalidade. O princípio do mercado-preços resulta em uma dinâmica competitiva de organização espacial das metrópoles e corresponde aos espaços banais onde se localizam os grupos sociais intermediários da hierarquia. São os grupos formados por aqueles destituídos parcialmente dos atributos culturais necessários para estar nos espaços que enobrecem e tampouco têm poder de renda para entrar neste espaços, mas têm poder suficiente para escapar do espaço da escassez. (Ribeiro, 1997, pp. 44)

A partir desse quadro sucinto do processo de urbanização brasileira, volto-me ao Norte Fluminense e, em especial ao município de Macaé (foco do meu trabalho de pesquisa ainda em curso). A região Norte Fluminense, como todo o país, teve suas configurações territoriais alteradas durante sua história, em função da política econômica governamental. Até a década de 70 era uma área de produção açucareira e sofria com a concorrência da produção açucareira de São Paulo, que se firmou e tomou o comando desse setor a partir da década de 60 com a política de intervenção do Estado brasileiro. As indústrias açucareiras do Norte Fluminense sofrem um grande abalo e vêm sua estrutura diminuir de 32 usinas em 1930 para 17 em 1975. Nem mesmo a política de implantação e do desenvolvimento da agroindústria sucro-alcooleira com o Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL, visando o combustível alternativo ao álcool na década de 70 desenvolvido pela Ditadura Militar brasileira retirou a região dessa profunda crise.

Foi durante a crise mundial de petróleo provocada pela guerra no Oriente Médio que a Petrobras descobriu a Bacia de Campos em 1974, mas foi em 1979 que teve início a instalação do Centro de Operações da Petrobras. Em pouco tempo, a população habitante de Macaé saltou de 65.318 em 1970 para 132.461 em 2000, dados do censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Esse crescimento se deu de forma desordenada, com boa parte da população sendo de migrantes nordestinos, que acorreram para Macaé em busca de empregos nas empresas prestadoras de serviços à Petrobras (trabalho terceirizado e com mão-de-obra não qualificada). Essa população sem “qualificação” para o trabalho foi ocupando terras que antes servia a fazendas canavieiras, ou expandido a malha urbana para áreas não habitadas de Macaé. É importante salientar que o governo macaense só atuou criando estruturas e mobiliários urbanos nas áreas próximas das praias; essas áreas se tornaram os “bairros nobres” de Macaé onde moram os engenheiros estrangeiros e brasileiros por possuírem grande infraestrutura de imóveis e de todos os tipos de serviços. Não é por acaso que as grandes redes de hotéis internacionais encontram-se nesses bairros (São Marcos, Cavaleiros, Praia do Pecado e Mirante da Lagoa) denominado pela espacialidade do município como área azul. Os bairros e assentamentos mais pobres, formados por essa grande leva de migrantes possuem as denominações feitas pelo município de: área vermelho, área vinho e área verde (essa última pega o centro da cidade – área até o momento administrativa).

Nesse quadro político-econômico que se forma no final da primeira década do século XXI a Favela Sem-terra ou Desterrado (esse último nome foi abandonado por seus moradores), formado majoritariamente por

nordestinos (principalmente baianos e pernambucanos), maioria negra, mão-de-obra pouco ou não especializada e com vínculo empregatício de contrato temporário de trabalho.

A favela foi construída numa região de charco que não possuía nenhuma obra de infraestrutura feita por órgãos governamentais. Suas vielas e ruas de terra batida e ficavam intransitáveis quando chovia, impedindo o trânsito de seus moradores ou impondo a eles situações como carregarem sacolas com peças de roupas ou calçados para trocar quando chegarem a parte asfaltada que liga a periferia ao centro da cidade.

Nas casas que possuíam moradores com salário fixo, consegue-se o abastecimento de água através de ligações clandestinas, chamadas de “gatos”, feitas nas redes principais mais próximas, geralmente nas redes da favela que a margeia, chamada Nova Holanda, com canos de pequeno calibre ou bombas para aspirar, expostos pelas vielas. Isso só é possível com o advento de um salário, pois demanda investimento para pagar a mão-de-obra e o material utilizado. Geralmente se compra um ou dois tonéis de água, nas habitações que possuem pouco dinheiro para obras de engenharia; e a prioridade é utilizá-la para beber e fazer comida.

Em várias moradias é comum encontrarmos famílias matriarcais, sem o pai, com vários filhos, sendo que alguns também possuem seus próprios filhos e permanecem na unidade familiar ou constroem um “puxado” (quarto maior) em cima da última laje.

Nesse cenário de precariedade e abandono pelo poder público, surgiram meus questionamentos sobre a organização desses moradores, suas identidades, suas mobilizações e seu “olhar” para o seu território.

Minha metodologia é o trabalho com a história oral e com a memória como alicerce minha pesquisa e o acompanhamento de 3 famílias dessa favela na sua dinâmica cotidiana.

A utilização da história oral como ferramenta altera o enfoque da história quebrando algumas barreiras em relação ao objeto de estudo, aumentando o foco da academia sobre a sociedade e devolvendo à comunidade um lugar fundamental na construção da sua história; uma história contada e que é o retrato daqueles que a compõem. Aos interlocutores, a história oral garante a oportunidade de vivenciarem sua história, ampliando e enriquecendo o próprio campo de ação da produção histórica.

No trabalho de PAsserine (2011) a importância do uso da história oral como método de trabalhos e destaca no pensamento que demonstro abaixo.

“dar voz à pluralidade de experiências diferentes (...), capturar e levar em conta as motivações e as histórias profundas de cada uma, e ao mesmo tempo evidenciar a relação entre as nossas vidas e os movimentos gerais(...).”

Recentemente a favela limítrofe ao meu objeto sofreu a ação do projeto do governo federal, projeto esse iniciado no governo do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, chamado de Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), definida na página do governo federal como um programa que “promoveu a retomada do planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, contribuindo para o seu desenvolvimento acelerado e sustentável”. Esse projeto levou arruamento, rede de esgoto, nomes e numerações de ruas e postos de saúde. Como o poder público federal e nem os órgãos municipais conseguem determinar os limites dos territórios da favela Sem-terra e a favela Nova Esperança (foco da ação do projeto federal), uma pequena parte da favela Sem-terra foi incluída no programa citado acima.

Logo, uma comunidade que já possuía uma situação precária frente as favelas limítrofes tem sua condição estigmatizada ainda mais por conviverem com áreas que sofreram intervenções do poder público contrastando com seu abandono. Os moradores do Sem-terra encarados como “estrangeiros” naquele espaço - aqui trabalho com a conceituação desenvolvida por Georg Simmel (1983). O “estrangeiro” como aquele que não compartilha do passado comum, que vivência conjuntamente o presente, mas poderá ou não compartilhar do futuro. Aquele que só está no espaço da favela devido sua relação de trabalho com as

empresas prestadoras de serviço à PETROBRAS, em Macaé (município do Norte Fluminense). Aquele que, segundo Simmel, possui a liberdade de ir e vir, opta em ficar e traz uma noção de mudança para o entorno. Nesse sentido, esses trabalhadores imigrantes, os quais estamos tratando como “estrangeiros” em meu campo, vivem e convivem em uma dualidade. Por um lado, são imanentes e têm uma posição de membros da comunidade; por outro lado, são de fora da comunidade e confrontam a coletividade, sentem agora um acirramento de estigma (no sentido de Goffman onde indivíduos encontram-se marcados por conta de peculiaridades físicas e psicológicas, pois os mesmos são tidos como diferentes e inferiores em relação à maioria da sociedade, tendo que passar por “lutas diárias” para que consigam construir a sua identidade social, agora são encarados como despossuídos, aqueles que “ninguém quer se identificar”).

A grande transformação ocorrida nas favelas “oficiais” pelo Programa de Aceleração do Crescimento fez com que aquelas comunidades que estão à margem do sistema oficial acentuassem um lugar de “de isolamento” e/ou “abandono”. Situação que tende a se agravar com a crise política econômica que o Estado brasileiro está passando e que atacou de forma implacável a administração e as ações da Petrobras (principal fonte de renda e de emprego de Macaé). Sobre essa situação destaco o texto abaixo:

“A transformação das relações de trabalho, com a desestruturação do assalariamento, os movimentos migratórios de segmentos empobrecidos do operariado (...), o sentimento de insegurança e a desconfiança em relação aos vizinhos, têm destruído a socialidades e os processos identitários no lugar de residência. A conclusão parece evidente: surgem diversos obstáculos à formação de ações coletivas em um contexto de crescente fragmentação social.” (Ribeiro & Júnior, 2003, pp. 79)

O desemprego crescente acentuado pela crise econômica mundial e, como já exposto acima, pela crise na Petrobras, faz com que mais pessoas se dirijam para as favelas “não oficiais” de Macaé ou comecem um assentamento expandindo a malha urbana. Essa nova dinâmica aumenta o estigma das populações mais pobres e a desconfiança daqueles moradores das favelas que ainda possuem algum tipo de renda ou trabalho com carteira assinada. Essa situação é apontada como um dos motivos para o crescimento da criminalidade (tráfico de drogas e assaltos) nas áreas mais populosas de Macaé.

Para todas essas situações apontadas e para as que estão por vir com o andamento da minha pesquisa, não possuo ainda clareza para apontar saídas, mas acredito hoje (com o material que possuo) que o entendimento de Carlos Bernardo Vainer em seu texto: “As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: o que pode o poder local?” (2002), responde parte do que foi exposto. O autor defende que o governo local comprometido com os grupos sociais subalternos deve buscar a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Melhorias tanto materiais quanto imateriais. Prega a articulação do poder político com os movimentos organizados e com os trabalhadores de todos os setores na busca de uma cidade sustentável e que consiga fazer um enfrentamento local às políticas neoliberalizantes que estão postas no cenário global.

Referências

- Harvey, David (1980). *A Justiça Social e a Cidade*. Ed. HUCITEC. São Paulo.
- Monteiro, Linderval Augusto. (2006). *A Trajetória de Ilda do Prado Lameu: dinamismo popular e cidadania em uma periferia do Rio de Janeiro*. *História Oral*. Revista da Associação Brasileira de História Oral.v.9,n.2.
- Passerini, Luisa. (2011). *A Memória entre Política e Emoção*. Letra e Voz, São Paulo.
- Ribeiro, Luiz Cesar de Q (1997). *Dos Cortiços aos Condomínios Fechados*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.
- Ribeiro, Luiz Cesar de Q; Júnior, Orlando Alves Santos (2003). *A Democracia e a Segregação Urbana: reflexões sobre a relação entre a cidade e a cidadania na sociedade brasileira*. Eure, Santiago do Chile. p. 79
- Thompson, Paul (1992). *A Voz do Passado – história oral*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

Weber, Max (2014). *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Biblioteca 70. Edições 70. Portugal.

Weber, Max (2000). *Economia e Sociedade*. Volume 1. Ed. UnB. Brasília.

Goffmann, Erving (2004). *Estigma - notas sobre manipulação da identidade*, Edição digital.